A educação, segundo o pensamento liberal, foi por muito tempo entendida como o grande elevador capaz de igualar oportunidades, de neutralizar os efeitos sobre o destino individual associados a raça, cor, religião e sexo, reproduzindo a sociedade ao reproduzir a cultura que a unifica e integra. Caberia aumentar-lhe sempre a capacidade, fazê-la descer ao porão, dar-lhe portas mais amplas e fornecer-lhe, enfim, cada vez mais energia para levar sempre mais gente para andares sempre mais altos, onde a humanidade se realiza em sua plenitude.

Nesse pano de fundo é fácil entender por que o grande tema, em questão de sociologia educacional, foi a crítica das desigualdades, inspiradora dos estudos de mobilidade social por meio do diploma e do saber. E que homem, enfim, estaria desembarcando no último andar para daí comandar, no Estado e na sociedade civil, todo o edifício.

Nos últimos 15 anos, a concepção mudou bastante e os economistas trouxeram um arsenal de ferramentas propondo que o problema maior não era bem o tamanho das portas e muito menos o da sapiência e tolerância do homem a descer no último andar, mas sim quantos deveriam ser alçados a que andares, de modo que fosse minimizado o custo da energia alocada ao passageiro e à administração do edifício, na qual eles, economistas, passaram a participar cada vez mais.

Agora a crítica — seja à total arquitetura do prédio, seja à sua divisão interna — chegou, e novas questões se propuseram.

Ao discutir o aparelho escolar como aparelho ideológico de Estado dominante, Althusser elevou, para toda a vertente que comanda, o estatuto teórico da educação, de que se aproveitaram Baudelot e Establet com L'école capitaliste en France, montando defesas contra o que consideram o "fatalismo apolítico" de Bourdieu e Passeron, implícito no privilégio conferido ao capital cultural sobre o capital econômico como determinante do destino social do indivíduo. E defesas que começavam pelo princípio de que na sociedade de classes não há um sistema educacional, mas em realidade dois, ou mais precisamente, duas redes, reproduzindo burguesia e proletariado.

Mas, seja como for, a verdade é que o dito approach econômico da educação, florido e frutificado na década anterior, entra em declínio, e nomes como Althusser. Baudelot e Establet, Bourdieu e Passeron, Ivan Illich e Gintis não podem hoje ser dispensados de qualquer curso de sociologia educacional que se queira atualizado, e para cuja organização o esforço organizatório de Gras é de grande relevância.

Sua proposta, na introdução, é a de dividir a sociologia educacional (desde Durkheim) em quatro orientações básicas: 1. a humanista, que inspira uma abordagem moralizadora e freqüentemente transhistórica; 2. a econômica, cujo primeiro objetivo é medir a rentabilidade, no sentido amplo, do sis-

tema educacional para a coletividade; 3. a interpessoal, em que predomina o estudo da socialização, tomado no sentido de adaptação ao ambiente; e finalmente 4. a macrossociológica e totalizadora, de inspiração marxista, que insiste sobre a função de legitimação e de conservação social que representa para as classes dominantes (p. 23).

Evidentemente, inspiração não quer dizer ortodoxia, e qualquer leitor medianamente iniciado pode ver as oposições categóricas que se põem entre o grupo de Bourdieu, as teses sobre desescolarização desenvolvidas por Illich e a preocupação propriamente marxista com a educação enquanto aparelho ideológico de Estado.

É, porém, importante ressaltar que a última das quatro é a orientação predominante na seleção e disposição dos textos, mostrando competência ao privilegiá-la, posto que aí está o pano de fundo: na totalidade.

A obra importa mesmo a quem não tenha interesse específico em educação, e entre estes, àqueles que rejeitam a maldosa pilhéria segundo a qual "quem sabe faz, quem não sabe ensina, e quem não sabe ensinar, ensina a ensinar", ironia fácil dos que desejam transformar sem mais nem menos o elevador e o prédio em empresa.

José Carlos Garcia Durand

74